FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.



Relatório de Gerenciamento de Riscos – Circular nº 3.678

1º Trimestre de 2015

INTRODUÇÃO	.3
ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	.3
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	4
ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E D CAPITAL	
RISCO OPERACIONAL	.6
RISCO DE MERCADO	.12
RISCO DE LIQUIDEZ	.15
RISCO DE CRÉDITO	18
GERENCIAMENTO DE CAPITAL	.21
INFORMAÇÕES RELATIVAS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	23
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RWA, ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCI (PR), ÍNDICES E LIMITES	
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO	.27
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO	32
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE	32
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS	35
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÁS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	37

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

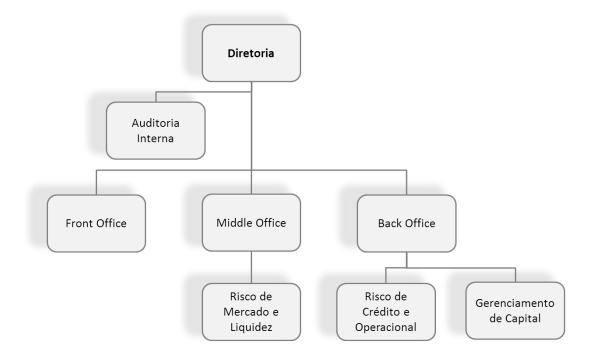
INTRODUÇÃO

A Circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil (BACEN) estabeleceu os critérios a serem observados sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Risco, Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e Patrimônio de Referência (PR).

O objetivo deste relatório é informar o gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial, conforme definido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a Instituição líder ("Instituição"), Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda ("CNVW"), e Fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") – nos quais a Instituição assuma substancialmente os riscos e benefícios (conjuntamente o "Grupo"), apresentando de forma detalhada as práticas de gestão e as políticas que compõem o gerenciamento de riscos da Instituição. Além disso, demonstra a necessidade da adequação do capital para cobrir tais riscos.

ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O Grupo constituiu a sua estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da seguinte forma:



FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

Diretoria de Middle Office:

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez;
- Implementar as políticas de Risco de Mercado e Liquidez e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Risco de Mercado e Liquidez;
- Ser o responsável pelas informações referentes ao Risco de Mercado e Liquidez enviadas ao BACEN.

Diretoria de Back Office:

- Implementar as estruturas de Gerenciamento de Risco de Crédito e Operacional;
- Implementar as políticas de Risco de Crédito e Risco Operacional e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Risco de Crédito e de Risco Operacional;
- Promover a cultura de riscos e controles internos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser o responsável pelas informações referentes ao Risco de Crédito e Operacional.
- Ser o "sponsor" dos Comitês de Finanças, de GCCI*, de Crédito e Cobrança, de Riscos Integrados e de Tesouraria.

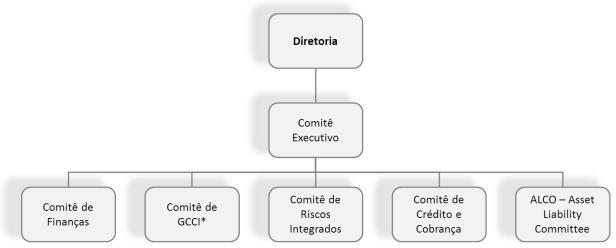
Auditoria Interna

Verificar se os procedimentos adotados nas áreas estão de acordo com as políticas internas e os normativos publicados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A estrutura de governança corporativa de gerenciamento de riscos e capital é respaldada por uma estrutura de comitês. Destacamos os seguintes comitês que têm envolvimento com o gerenciamento de riscos e de capital:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.



(*) – Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

Comitê de Finanças

Aprova políticas e estratégias financeiras, contábeis e tributárias da Instituição, inclusive sobre divulgação de informações ao mercado. Define a estratégia de gestão de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações. Realiza efetivo acompanhamento dos aspectos regulatórios e o resultado das auditorias interna e externa, além das fiscalizações de órgãos regulatórios.

Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos (GCCI)

Avalia e propõe ações para o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa, aprova estratégias relacionadas à disseminação da cultura em conformidade com as normas aplicáveis à Instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Aprova as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da Instituição.

Comitê de Riscos Integrados

Define a estratégia e alcance de risco da Instituição, aprova políticas e planos de iniciativas de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e valor residual assegurando a adequada gestão dos riscos. Avalia os impactos dos riscos relevantes no resultado final e atua para garantir a segurança necessária para um crescimento sustentável.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Comitê de Crédito e Cobrança

Aprova políticas de crédito e cobrança que assegurem a qualidade do portfólio, bem como os processos operacionais que impactem diretamente no adequado cumprimento destas políticas, gerando um ambiente operacional seguro e alinhado com a estratégia estabelecida para o Risco de Crédito da Instituição.

ALCO - Asset Liability Committee

Analisa e decide estratégias para operações da Tesouraria, com base no cenário econômico, limites operacionais, *matching* da carteira, fluxo de caixa e estratégia de captação/aplicação.

ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Instituição considera o gerenciamento de riscos fundamental para a tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade, otimização da relação risco x retorno e melhor alocação de capital.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.988/11, a Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital.

Apresenta-se abaixo, as estruturas, estratégias e ferramentas para o gerenciamento de Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco de Crédito, bem como para o Gerenciamento de Capital. RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, segundo a Resolução do CMN nº 3.380/06. Esta definição inclui o risco legal definido como a possibilidade de perdas decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição, bem como perdas decorrentes de decisão ou precedentes desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Instituição considera os seguintes eventos de Risco Operacional:

- Fraude interna:
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Eventos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco operacional está alinhada às orientações do grupo *Volkswagen Financial Services AG*, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN, definidos na Resolução do CMN n° 3.380/06.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pela gestão de Risco Operacional. A estrutura de Risco Operacional, subordinada a essa diretoria, controla e monitora a questão seguindo normas de órgãos reguladores e corporativas. Adicionalmente, a área de Controle Internos, subordinada à mesma diretoria, é responsável por mapear riscos e controles, efetuar os testes de controles e monitorar a implementação dos planos de ação definidos.

Principais responsabilidades associadas à Gestão do Risco Operacional:

A) Comitê de Riscos Integrados¹

- Aprovar a estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Avaliar e aprovar as, diretrizes, metodologias e ferramentas utilizadas na gestão de riscos operacionais;
- Manifestar-se a cerca das ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas no Relatório de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Responsabilizar-se pelas informações divulgadas no relatório de acesso público;
- Aprovar e avaliar indicadores de Risco Operacional (KRI);
- Aprovar e monitorar planos de ações corretivas (ação, nível do risco, datas e responsáveis) para mitigação de risco operacional.

B) Diretoria de Back Office

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional;
- Implementar a política de Risco Operacional e sua revisão no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Risco Operacional;
- Promover a cultura de riscos e controles internos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser responsável pelas informações referentes ao Risco de Crédito e Operacional;
- Ser o sponsor dos Comitês de Riscos Integrados e Comitê de GCCI (Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos).

C) Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos²

¹ Composto pelos departamentos de Risco, Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos, Finanças e Administração, Planejamento Estratégico, Tecnologia da Informação, diretoria de *Front Office*, *Middle Office* e *Back Office*.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Avaliar e propor ações para o aprimoramento das boas práticas de Governança Corporativa;
- Aprovar estratégias relacionadas à disseminação da cultura em conformidade com as normas aplicáveis à instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo;
- Aprovar as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da instituição.

D) Gerenciamento de Risco Operacional

- Definir metodologias, ferramentas, políticas e procedimentos internos de risco operacional;
- Identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição a riscos operacionais da Instituição;
- Gerar relatórios para apoio na gestão de risco operacional;
- Disseminar e promover a cultura de risco operacional aos empregados e aos prestadores de serviços terceirizados;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenar e aplicar treinamentos sobre a metodologia de risco operacional utilizada;
- Documentar, armazenar e gerenciar a base de eventos e de perdas operacionais;
- Apoiar a identificação, monitorar, controlar e reportar os indicadores chaves de Risco Operacional com objetivo de identificar tendências e buscar mitigadores para futuras perdas;
- Atender as demandas de órgãos reguladores, órgãos fiscais e auditorias;
- Apoiar a definição de planos de ação para mitigação de riscos operacionais;
- Monitorar riscos relativos aos prestadores de serviços terceirizados relevantes;
- Avaliar os riscos operacionais de novos produtos, projetos da Instituição, bem como de modificação de produtos existentes;
- Elaborar, com periodicidade mínima anual, relatórios com a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Estabelecer, implementar e divulgar um processo estruturado de comunicação e informação do gerenciamento de riscos operacionais;
- Disponibilizar a estrutura de gerenciamento de risco operacional em relatórios de acesso público;
- Implementar plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas;
- Efetuar testes periódicos sobre o plano de contingência e continuidade de negócios.

E) Áreas de Negócio

Validar as matrizes de riscos e controles conforme cronograma de revisões;

² Composto pelos departamentos de Risco, Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos, Finanças e Administração, Operações de Campo, Tecnologia da Informação, diretoria de *Front Office*, *Middle Office* e *Back Office*.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Reportar os eventos e perdas por risco operacional ao departamento de Risco Operacional, de acordo com os padrões e prazos estabelecidos, ou sempre que necessário;
- Implementar os planos de ação para mitigação do risco operacional sob sua gestão;
- Monitorar e controlar os riscos operacionais de sua área;

F) Representantes de Risco Operacional

 Responsável pela avaliação e mitigação de riscos em sua área e pela correta orientação dos colaboradores na gestão de risco.

G) Departamento de Contabilidade

- Divulgar informações sobre a estrutura de gestão de risco operacional nas demonstrações financeiras;
- Realizar o cálculo de alocação de capital de risco operacional.

H) Departamento de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos

A estrutura de Controles Internos está inserida na área de GCCI – Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos tendo como principal objetivo mapear e avaliar os controles internos que mitigam os riscos operacionais e riscos de distorções significativas nos demonstrativos contábeis mapeados, auxiliando assim as áreas envolvidas e a alta administração³ na identificação de erros e fraudes nos processos que asseguram a integridade das demonstrações financeiras. As principais responsabilidades da área de controles internos são:

- Definir escopo e cronograma da revisão anual das matrizes de riscos, validando-os junto à área de Risco Operacional;
- Identificar controles relacionados a riscos nos processos da Instituição;
- Mapear riscos operacionais e riscos de erros significante nas demonstrações financeiras e identificar os seus principais mecanismos de controles;
- Identificar, avaliar e testar os controles-chave e classificá-los de acordo com sua relevância, tipo e frequência nas matrizes de risco;
- Recomendar melhorias para sanar as deficiências de controles identificadas;
- Acompanhar a implementação dos planos de ações e monitorar para mitigar os riscos;
- Submeter os planos de ação definidos baseado na avaliação dos controles ao Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos;
- Disseminar a cultura de gestão de controles internos e riscos aos funcionários e terceiros relevantes;
- Elaborar o relatório relativo à Resolução do CMN nº 2.554/98, informando as deficiências de controles e ações para sua mitigação.
- Elaborar o relatório de gerenciamento de risco operacional relativo à Resolução do CMN nº 3.380/07, informando as deficiências de controles e ações para sua mitigação.

_

³ Diretoria de *Front Office, Middle Office* e *Back Office.*

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

I) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos. Dentre os documentos adotados, destacam-se:

- "POLÍTICA DE RISCO OPERACIONAL": documento que define as diretrizes, os conceitos, as responsabilidades para o gerenciamento de risco operacional com intuito de identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais.
- "POLÍTICA DE OUTSOURCING": documento que define diretrizes, conceitos, papéis e responsabilidades com o objetivo de minimizar os riscos que a contratação de serviços terceirizados (outsourcing) pode trazer à Instituição.
- "MANUAL DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL": descreve o modelo de gerenciamento adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos e metodologias utilizadas para esta finalidade.
- HANDBOOK FOR THE MANAGEMENT OF OPERATIONAL RISKS": documento com diretrizes de Gerenciamento de Risco Operacional definidas pela Volkswagen Financial Services AG que aplica-se a todos os funcionários que trabalham para empresas da Volkswagen Financial Services AG em todo o mundo.
- "POLÍTICA BUSINESS CONTINUITY MANAGEMENT": descreve as bases para a implementação das exigências regulatórias e internas da Instituição para o Business Continuity Management, a fim de garantir que em caso de uma crise (catástrofe, desastre) as operações de negócios sejam mantidas em um nível que atenda essas exigências.
- "REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS": Avalia e propõe ações para o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa, aprova estratégias relacionadas à disseminação da cultura de conformidade com as normas aplicáveis a Instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Aprova as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da Instituição.
- "PROCEDIMENTO DE COMITÊS DE GESTÃO DA VWFS": oficializa e estabelece as orientações e critérios a serem observados para a constituição, inclusão de participante(s), manutenção e descontinuação dos comitês de gestão da Instituição.
- POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS: estabelece os conceitos, as formas de avaliação e o acompanhamento do sistema de controles internos das empresas que compõem a Volkswagen Serviços Financeiros - VWFS.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

J) Metodologias

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado através das seguintes metodologias:

- Entendimento dos processos executados na Instituição para o cumprimento de seus objetivos de negócio;
- Identificação, através de matrizes de risco operacional, dos riscos associados aos processos, considerando a relevância da cada risco e a existência de controles internos associados;
- Avaliação e qualificação dos riscos e controles operacionais em base periódica, contribuindo para determinar o impacto desses riscos e do grau de eficácia dos controles internos (vulnerabilidade);
- Testes de controle que são realizados para confirmar se os processos de mitigação de riscos identificados (controles) foram colocados em prática;
- Definição e acompanhamento de planos de ação com o objetivo de diminuir / mitigar os riscos operacionais existentes;
- Definição e acompanhamento de Indicadores Chave de Riscos Operacionais relacionados às classificações de riscos do BACEN;
- Ações contingenciais para os riscos relevantes de descontinuidade dos negócios;
- Mapeamento e armazenamento das perdas históricas associadas a risco operacional;
- Avaliação de risco dos prestadores de serviços classificados como Outsourcing;
- Avaliação de riscos operacionais no desenvolvimento de novos produtos, projetos e na modificação de produtos existentes;
- Plano de Contingência e Plano de Recuperação de Desastres (DRP).

Todas estas metodologias encontram-se apresentadas nas políticas e manuais associados à gestão de Risco Operacional, Controles Internos e também como plano de continuidade de negócios e todos os conceitos para esta gestão. Tais metodologias são condizentes com as melhores práticas, visando mitigar riscos operacionais, estando de acordo com as exigências regulatórias vigentes.

O processo de comunicação e informação dos riscos ocorre com a periodicidade trimestral nos Comitês de Riscos Integrados e de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos.

A área de Risco Operacional dissemina a cultura de monitoramento dos riscos operacionais na Instituição junto aos colaboradores e estagiários, através de treinamentos presenciais e eletrônicos, propagando assim a importância dos processos de gestão de Risco Operacional.

A Instituição em atendimento à Circular BACEN nº 3640/13, adotou o Método Padronizado Alternativo para o cálculo da parcela referente ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) para a cobertura do Risco Operacional (RWAopad).

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

RISCO DE MERCADO

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Entre os eventos de risco de mercado estão os das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, o departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez atua de forma independente das áreas de negócios, e é subordinada à diretoria de *Middle Office* (Operações). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de mercado é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitês específicos.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de mercado:

A) Diretoria de Middle Office

Prover os recursos necessários de acordo com a estrutura aprovada e anualmente referendando as
políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, promovendo a cultura de
controles internos nas atividades regulares da organização.

B) Gerenciamento de Risco de Mercado

- Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de mercado do Conglomerado Prudencial;
- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de mercado na Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;
- Monitorar política de classificação de carteiras;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse) e testes de avaliação de sistemas;

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de mercado para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente aos membros do ALCO e do Comitê de Riscos Integrados os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição:
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de mercado. Dentre os documentos adotados, destaca-se:

- "POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO": documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;
- "MANUAL DE PROCESSO": Documento que estabelece conceitos, critérios, fluxograma de atividades, detalhamento das atividades, indicadores (quando aplicável) e responsabilidades do processo e dos subprocessos de Risco de Mercado, do início ao fim.

D) Metodologias

Para o monitoramento e controle da exposição ao Risco de Mercado, a Instituição adotou as seguintes ferramentas:

- Análise de descasamentos de Ativos e Passivos: agrupamento de saldos marcados a mercado, por moeda e por carteira, com seu respectivo prazo de duração. Possui o macro-objetivo de avaliar preliminarmente os descasamentos entre ativos e passivos;
- VaR (Value at Risk): mede a pior perda estimada ao longo de determinado horizonte de tempo (1dia), sob condições normais de mercado e dentro de um determinado intervalo de confiança (99%);
- Testes de Estresse: visão gerencial de potencial perda de capital da instituição (patrimônio) com a aplicação de testes de cenários de alta volatilidade para um horizonte de tempo indeterminado, sendo considerados como apoio no estabelecimento e revisão das políticas e limites internos de exposição ao risco de mercado para fins de adequação de capital. Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, a área simula o comportamento da carteira em condições extremas de mercado. Os testes de estresse regulatórios são realizados com periodicidade mínima mensal, conforme Circular BACEN nº 3.365/07.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Adicionalmente aos testes de estresse regulatórios, trimestralmente a área de Back Office de Tesouraria –
 Risco de Mercado e Liquidez realiza os testes de estresse considerando os cenários da BM&FBovespa,,
 Histórico e Regulatório (Circular BACEN nº 3.365/07). Os resultados são apresentados ao ALCO Asset
 Liability Committee.
- Análise de Sensibilidade: medida que demonstra o impacto que a carteira sofreria caso um determinado fator de risco se alterasse em uma determinada unidade.
- EVE Economic Value of Equity: simula os impactos das oscilações das taxas de juros no Valor Econômico da Instituição.

E) Classificação das Carteiras

A segregação das carteiras da Instituição foi definida da seguinte forma:

Carteira de Negociação (Trading Book): Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. Devido à natureza e característica de suas operações, a Instituição não possui operações integrantes na carteira de negociação.

Carteira de Não Negociação (Banking Book): Consiste nas operações mantidas até o vencimento, sem intenção de negociação.

Devido à natureza e características de suas operações, assim como os seus objetivos de negócio, a Instituição classifica como fora da carteira de negociação as seguintes operações que compõe as suas posições financeiras:

- Operações ativas (operações de crédito e de aplicações);
- Operações passivas (operações de captação)
- Operações de derivativos utilizadas para hedge da carteira.

F) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limites de VaR (perdas máximas potenciais);
- Limite de descasamento entre Ativos e Passivos (*Target Structure*).

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em caso de excesso dos limites, a área de Risco de Mercado e Liquidez informa a Alta Administração e gera um alerta para Tesouraria fazer o reenquadramento dos limites.

G) Capital Regulatório - Cálculo Parcela Rban

Em atendimento à Circular BACEN nº 3.365/07, para mensuração e controle do risco de taxa de juros da Carteira Banking, a Instituição adotou a metodologia EVE (Economic Value of Equity).

Esta metodologia consiste em apurar o valor presente da carteira utilizando as taxas de juros de mercado e também os cenários projetados pelo departamento de Risco de Mercado e Liquidez. Estes cenários são elaborados considerando uma amostra de 5 anos e um horizonte de tempo de 10 dias.

A carteira é marcada a mercado utilizando a curva de juros da data da análise e também a curva projetada pela área de Risco de Mercado e Liquidez. A diferença entre os dois cenários é o risco de taxa de juros da Carteira Banking.

H) Processo

O Gerenciamento de Risco de Mercado é realizado diariamente. O processo de comunicação e informação de risco de mercado ocorre diariamente para os departamentos envolvidos e Alta Administração e periodicamente por meio de comitês específicos.

O monitoramento e controle de risco de mercado é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigentes.

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Instituição não honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.090/12, o departamento de Gerenciamento de Risco de Liquidez atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de Middle Office (Operações). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitê específico.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de liquidez:

A) Diretoria de Middle Office

Prover os recursos necessários de acordo com a estrutura aprovada e anualmente referendando as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, promovendo a cultura de controles internos nas atividades regulares da organização.

B) Gerenciamento de Risco de Liquidez

- Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de liquidez do Conglomerado Prudencial;
- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de liquidez na Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;
- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de liquidez para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente aos Comitês de Tesouraria e Riscos Integrados os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de liquidez. Dentre os documentos adotados, destaca-se:

"POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ": documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

"MANUAL DE PROCESSO": Documento que estabelece conceitos, critérios, fluxograma de atividades, detalhamento das atividades, indicadores (quando aplicável) e responsabilidades do processo e dos subprocessos de Risco de Liquidez, do início ao fim.

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Fluxo de Caixa: É a previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, com o objetivo de garantir a solidez financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo.
- Teste de Aderência: Técnica que consiste em verificar se os resultados do modelo estão de acordo com os resultados apurados, com o objetivo de validar o cenário elaborado para necessidade de caixa e se suas premissas estão dentro de um padrão minimamente aceitável de variação.
- Colchão de Liquidez: Formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações de uma Instituição, em momentos de volatilidade do mercado.
- Teste de Estresse: Técnica de avaliação da resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra.
- Plano de Contingência de Liquidez: Procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ou no caso de falta de recursos e agravamento da crise no mercado financeiro.

E) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limite de Colchão de Liquidez;
- Limites Bancários:

Em caso de excesso dos limites, a área de Risco de Mercado e Liquidez informa a Alta Administração e gera um alerta para Tesouraria fazer o reenquadramento dos limites

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

F) Processo

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente. O processo de comunicação e informação de risco de liquidez ocorre diariamente para os departamentos envolvidos e para Alta Administração, e periodicamente por meio de Comitês.

O monitoramento e controle de risco de liquidez é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigentes.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perda decorrente do não cumprimento de seus compromissos, por parte do devedor, nas datas acordadas previamente. Este risco está relacionado a fatores externos à empresa e podem prejudicar o pagamento do crédito concedido.

O Risco de Crédito varia de acordo com: perfil dos clientes, produtos e serviços oferecidos, valor solicitado e instituição que concede o crédito.

Visando atender aos objetivos estratégicos e à adequada gestão de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Instituição está alinhada às orientações da Matriz Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implantou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pela gestão do risco de crédito. A estrutura de Risco de Crédito, subordinada a essa diretoria, é responsável pelo controle e monitoramento do risco de crédito seguindo normas de órgãos reguladores e normas corporativas.

Os principais papéis e responsabilidades associadas à gestão do risco de crédito são:

A) Diretoria de Back Office

Responsável por prover os recursos necessários à gestão do risco de crédito de acordo com a estrutura aprovada e referendar as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, permitindo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos associados a cada instituição individualmente e ao Conglomerado Prudencial.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

B) Gerenciamento de Risco de Crédito

A Instituição efetua a gestão do risco de crédito do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes. Dentre suas atribuições destacam-se:

- Aprimoramento, aferição e elaboração de inventários de seus modelos para crédito e cobrança;
- Monitoramento do desempenho do portfólio de crédito;
- Definição das políticas de crédito e cobrança alinhadas ao apetite de risco da Instituição;
- Monitoramento das concentrações de inadimplência e perdas;
- Fechamento e análise das provisões para devedores duvidosos;
- Identificação de novos componentes que representem riscos de crédito;

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de crédito atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.

C) Normativas

Conjunto de políticas e normas internas voltado à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de crédito. Todo esse conjunto é submetido à aprovação de um Comitê, composto por membros de departamentos envolvidos nos processos por meio de reuniões realizadas mensalmente, com objetivo de recomendar e aprovar as estratégias e políticas do risco de crédito. Dentre os documentos adotados destacam-se o Manual de Risco.

D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Modelagem analítica de scoring para concessão, gestão de crédito e cobrança;
- Modelos de rating de crédito;
- Monitoramento e validação dos modelos estatísticos;
- Apuração e cálculo do valor futuro dos riscos das carteiras forecast;
- Processo para realização de testes de stress;
- Modelo de LGD (Loss Given Default);
- · Monitoramento das garantias;
- Relatórios analíticos para o risco de crédito.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função da capacidade, necessidade e comportamento dos clientes, e devidamente aprovados conforme alçada estabelecida em política.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

E) Políticas

As descrições abaixo estabelecem o processo e as responsabilidades pela definição e administração das políticas de crédito e cobrança varejo e *corporate*, que abrangem: classificação de risco (*escore/rating*) prazo, carência, percentual de entrada, alçadas de aprovação, aceitação de garantias, período das ações (réguas de cobrança), valores (acordos, propostas, renegociações de dívida, confissões de dívida), aplicáveis aos produtos do Conglomerado Prudencial.

As políticas relacionadas à concessão de crédito e cobrança estabelecem:

- As condições operacionais aprovadas pela Instituição;
- Os valores e correspondentes níveis de alçada para aprovação.

Estas políticas e as exceções devem ser monitoradas e ajustadas pelo departamento de Risco para que a concessão de crédito e/ou a cobrança ocorra com a qualidade, segurança e nível de risco definidos pela Instituição. Alterações devem ser feitas também para adequá-las à realidade operacional e comercial do momento.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO

As políticas são elaboradas pelo departamento de Risco, com o suporte dos demais departamentos envolvidos no processo, principalmente os departamentos de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança, e são aprovadas pelos Comitês relacionados abaixo, conforme o tipo de política:

- Comitê de Riscos Integrados;
- Comitê de Crédito e Cobrança;

RESPONSABILIDADE

É responsabilidade do departamento de Risco tomar as seguintes providências para a implantação da política:

- Envolver os departamentos relacionados com o assunto, principalmente os departamentos de Crédito (Varejo e Corporate) e Cobrança quanto à inclusão, alteração ou exclusão da política;
- Submeter a proposta da política definida ao respectivo Comitê;
- Adaptar os parâmetros nos sistemas informatizados, quando aplicável;
- Providenciar as adequações das políticas nos procedimentos para posterior divulgação ao público interno.
- Manter toda a documentação utilizada no levantamento e aprovação das políticas, possibilitando futuras verificações e rastreamento das políticas vigentes em períodos anteriores;
- Monitorar permanentemente a aplicação das políticas (alçadas e processos) e resultados alcançados, bem como tomar ações visando o imediato ajuste, sempre que for considerado necessário.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

É responsabilidade do departamento de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança:

- Avaliar os impactos das políticas em processos operacionais e sistemas informatizados. Havendo necessidade de ajustes em sistemas, sugerir ao departamento de Risco as providências cabíveis e imediatas;
- Implantar as políticas junto ao pessoal envolvido na análise e concessão de crédito e cobrança (funcionários dos departamentos, escritórios de advocacia, concessionárias, promotores de venda, etc.);
- Realizar spot check de crédito e cobrança de documentos, processos e sistemas;
- Fornecer dados e subsídios para que o departamento de Risco de Crédito, avalie, desenvolva e busque aprovação da política na alta gerência.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital visa apoiar o processo decisório nos negócios. O risco de capital consiste no risco da Instituição não possuir capital suficiente para:

- Atingir o capital mínimo requerido pelo regulador no Brasil, uma vez que a autorização para operar como um banco é dependente da manutenção adequada do nível de capital;
- Manter o rating da Instituição, pois uma mudança no rating pode alterar diretamente o custo de captação;
- Ter condições de atingir o crescimento e estratégias traçadas.

A Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pelo gerenciamento de capital. A estrutura organizacional baseia-se em três pilares básicos para assegurar o adequado gerenciamento de capital:

APROVAÇÃO E CONTROLE DO APETITE AO RISCO

O apetite ao risco corresponde ao nível de risco que a Instituição decide assumir para atingir seus objetivos de negócio. Dessa forma, este pilar é constituído pela alta administração da Instituição, responsável pelas diretrizes e estratégias nos diferentes âmbitos da operação. O apetite ao risco é determinado em comitês gerenciais específicos, como Finanças, Riscos Integrados, Tesouraria e GCCI, e a supervisão e monitoramento são realizados através do Comitê Executivo e do Comitê de Auditoria.

REPORTE E CONTROLE

Nas atividades diárias, a responsabilidade pelo controle e apresentação de relatórios está nas áreas diretamente relacionadas aos Comitês Gerenciais, pois estas são as áreas funcionais da Instituição.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Este pilar é constituído pelas áreas sob a responsabilidade da diretoria de Back Office: Gerência de Contabilidade, Gerência de Controladoria, Gerência do Tributário, GCCI, Gerência de Risco e Gerência de Tesouraria, com exceção da área de Risco de Mercado e Liquidez, que possui linha de reporte à diretoria de Middle Office, em atendimento às Resoluções do CMN nº 3.464/07 e nº 2.804/00, respectivamente.

O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo e é monitorado regularmente em cenários de normalidade e estresse de acordo com e as exigências do CMN e BACEN.

O plano de capital é avaliado pela administração de forma a sinalizar e propor ações, como um plano de contingência de capital, em caso de excesso ou insuficiência de capital para atingir os objetivos estratégicos do Grupo. Para assegurar que o nível de capital está adequado ao apetite de risco da Instituição, é definido um colchão de acima do índice da Basileia, com finalidade de garantir que, caso o índice de Basileia esteja abaixo do percentual regulatório, o Grupo tenha fôlego para novos negócios até que ocorra aporte de capital.

O monitoramento e controle dos índices de capital são realizados semanalmente pela diretoria, mensalmente pelo Comitê Executivo e trimestralmente pelo Comitê de Finanças, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações, bem como atendimento aos requerimentos regulatórios.

ASSURANCE

Esse pilar tem como objetivo averiguar que as decisões da Instituição com relação às políticas aprovadas para o gerenciamento de capital estão sendo executadas de acordo com os procedimentos e controles desenhados pela Instituição, de forma a assegurar que a estrutura de processos internos é adequada ao porte e complexidade das operações da Instituição.

Para isso, a Instituição está submetida à avaliação do departamento de Auditoria Interna e também a revisões e exames realizados pela Auditoria Externa. O escopo e o resultado do trabalho realizado por estas auditorias são apresentados ao Comitê de Auditoria, que, dentre suas atribuições, está a supervisão e avaliação do desempenho dos auditores internos e externos.

NORMATIVAS

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento de capital. Dentre os documentos adotados, destaca-se a Política de Gerenciamento de Capital, a qual descreve, entre outros aspectos, a estrutura organizacional, os processos organizacionais e o plano de capital.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

INFORMAÇÕES RELATIVAS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela Instituição por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão.

O patrimônio de referência do Grupo está dividido em dois níveis:

- a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como "Patrimônio líquido" no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13, e aplicação dos fatores descritos no art.11 desta mesma resolução.
- b) Nível II: dívida subordinada qualificada nos termos do núcleo de subordinação descrito no art. 14 da Resolução do CMN nº 4.192/13.

Abaixo segue composição do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial, findo no trimestre:

Em milhares de Reais

Apuração do Patrimônio de Referência (PR)	Mar 2015
Patrimônio líquido	2.708.088
Ajustes prudenciais	(7.137)
Capital principal	2.700.951
Patrimônio de Referência - Nível I	2.700.951
Instrumentos de dívida subordinada	1.015.412
Patrimônio de Referência - Nível II	1.015.412

Total do Patrimônio de Referência	(PR)	3.716.363
-----------------------------------	------	-----------

A composição detalhada do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR estão contidas no Anexo I disponível no site www.bancovw.com.br.

Abaixo segue a composição por prazo de vencimento das dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação, com resgate final no vencimento, custodiadas na CETIP S.A. – Mercados organizados, cujo valor do Nível II do PR é:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em milhares de Reais

Vencimento	Mar 2015
Superior a 5 anos	794.975
Entre 4 e 5 anos	67.013
Entre 3 a 4 anos	45.806
Entre 2 e 3 anos	37.054
Entre 1 e 2 anos	70.564
Total	1.015.412

As principais características de termos e condições contratuais dos Instrumentos elegíveis ao nível II do Patrimônio de Referência (PR) estão contidas no Anexo II disponível no site www.bancovw.com.br.

A Instituição tem a aprovação, pelo BACEN, dos termos e condições dos contratos das Letras Financeiras Subordinadas para que possam compor o Nível II do PR. Em 09 de julho de 2013, foi publicada a Lei nº 12.838/13 (conversão da MP nº 608/13) que, dentre outros assuntos, determinou as alterações relacionadas à emissão de letras financeiras. Desta forma, alguns artigos da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 foram alterados para adequar as mudanças legislativas. Com o advento desta legislação, foi publicada a Resolução do CMN nº 4.192/13 que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência.

Sendo assim, com o objetivo de atender as exigências determinadas por estes dispositivos e pela Resolução antes mencionada, a Instituição providenciou o Aditamento aos contratos relacionados às Letras Financeiras Subordinadas. Este Aditamento previu a inclusão de "Cláusulas Especiais do Núcleo de Subordinação" da Letra Financeira para constar, em síntese, os seguintes pontos:

- ✓ Data de vencimento e prazos;
- ✓ Condições que afastam a utilização da Letra Financeira para fins de compensação de débitos e créditos recíprocos:
- ✓ Condição de emissão sob a forma nominativa e escritural;
- ✓ Estabelecimento de regras para as hipóteses de recompra e/ou resgate;
- ✓ Suspensão do pagamento da remuneração estipulada, quando houver;
- ✓ Condições de Extinção do direito de crédito representado pela Letra Financeira;

As normas editadas pelo CMN poderão estabelecer ordem de preferência no pagamento dos titulares da Letra Financeira de que trata o caput do art. 40 da Lei nº 12.249/10, de acordo com as características do título.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Todas as alterações acima elencadas foram elaboradas e incluídas no instrumento de Aditamento, sobretudo, para cumprimento dos requisitos previstos nos artigos 14 e 20 da Resolução do CMN nº 4.192/13, que tratam do núcleo de subordinação e dos instrumentos elegíveis ao nível II. Mencionado instrumento de Aditamento foi apresentado ao BACEN que, através do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf, confirmou no início de 2015, que os títulos aditados são elegíveis ao Nível II do PR nos termos da Resolução do CMN nº 4.192/13.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RWA, ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR), ÍNDICES E LIMITES

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) representam o patrimônio exigido das instituições financeiras para fazer frente às exposições inerentes aos riscos de suas atividades. O cálculo, baseado na regulamentação em vigor, alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação. Sob a ótica do BACEN, as instituições devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência - PR) compatível com os riscos.

A apuração dos valores dos ativos ponderados pelo risco (RWA) calculados para o Grupo, conforme Resolução do CMN nº 4.193/13 são no mínimo a soma das seguintes parcelas:

RWA = RWAcpad + RWAopad

Onde:

RWAcpad – exposição ao risco de crédito mediante abordagem padronizada e,

RWAopad – cálculo do capital requerido para risco operacional mediante abordagem padronizada alternativa.

Além disso, o Grupo deve manter PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não classificadas como carteira de negociação, ou seja, a Carteira Banking.

Apresentamos a seguir a alocação de capital do Conglomerado Prudencial:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em milhares de Reais

Em milhares de Rea				
Risco de Crédito	Mar 2015			
Por modalidade				
Operações de crédito e arrendamento	6.451.892			
líquido de provisão (não varejo)	0.431.832			
Operações de crédito e arrendamento	10.698.435			
líquido de provisão (varejo)	10.096.433			
Créditos tributários	1.013.058			
Compromisso de crédito	627.768			
Operações de TVM e Instrumentos	401.655			
financeiros derivativos	401.055			
Garantias prestadas - avais e fianças e	ıças e 5.363			
coobrigações	5.303			
Outros ativos	578.142			
Por FPR				
FPR de 20%	88.368			
FPR de 50%	287.333			
FPR de 75%	10.698.435			
FPR de 85%	1.092.055			
FPR de 100%	7.289.925			
FPR de 150%	-			
FPR de 250%	384.235			
FPR de -100%	(64.038)			
Total RWAcpad	19.776.313			

Risco Operacional	
Linhas de Negócio	
Varejo	328.599
comercial	673.681
Negociação e Vendas	(428.732)
Adicional CONEF	-
Total RWAopad	573.548

Total RWA	20.349.861
Total RWA x 11%	2.238.485

Risco de Mercado - Banking	
Parcelas	
Prefixada em Real	33.504
Valor total alocado - RBAN	33.504

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Apresentamos abaixo os índices e a margem calculada conforme Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13:

Em milhares de Reais

Índices	Mar 2015
Capital Principal	2.700.951
Patrimônio de Referência - Nível I	2.700.951
Patrimônio de Referência (PR)	3.716.363
Margem sobre o PR considerando Rban	1.444.374
Índice de Capital Principal	13,27%
Índice de Nível I	13,27%
Índice de Basiléia	18,26%
Índice de Basiléia - amplo inclui RBAN	17,99%
Índice de imobilização	1,09%
Margem de imobilização	1.817.705

O índice de Basileia no Brasil é definido pela a relação mínima de 11% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 4,5% entre o capital principal e o RWA, e de 6,0% entre o nível I do PR e o RWA.

O índice de Basileia é de 18,26%, e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 13,27% em 31 de março de 2015. Em termos de margem, o montante é de R\$ 1,4 bilhões, que possibilita um incremento de até R\$ 13,1 bilhões, considerando operações com fator de ponderação de 100%.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. O Grupo está enquadrado no limite máximo de 50% do PR, definido pelo BACEN.

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO

Com o objetivo de favorecer a melhor compreensão da carteira da Instituição, seguem informações relativas às exposições do risco de crédito. A exposição da carteira de crédito inclui as operações cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Valor Total das Exposições ao Risco de Crédito por região e setor econômico

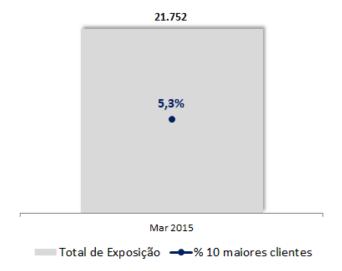
Em milhares de reais

Tipo de Exposição	Exposição ao Risco de Crédito				
Tipo de Exposição	Mar 2015				
Por regiões geográficas					
Região Nordeste	3.745.837				
Região Sudeste	9.657.985				
Região Centro-Oeste	3.811.479				
Região Sul	4.537.059				
Total da Exposição	21.752.360				
Por setor econômico					
Rural	45.097				
Industria	1.086.610				
Comércio	4.991.826				
Intermediários Financeiros	1.041				
Outros Serviços	7.217.667				
Pessoa Física	8.401.043				
Habitação	9.076				
Total da Exposição	21.752.360				
Média do trimestre	22.079.550				

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

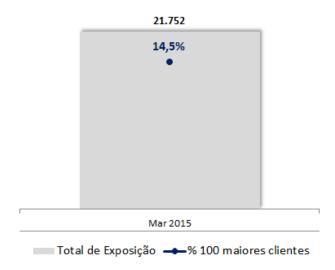
Percentual das Exposições dos Dez Maiores Clientes

Em milhares de reais



Percentual das Exposições dos Cem Maiores Clientes

Em milhares de reais



FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Exposições ao Risco de Crédito por tipo

Em 31 de Março de 2015 - milhares de reais

		Pessoa Fisica		Pessoa Jurídica					
	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Total de Exposição	49.585	8.338.285	13.173	2.368.777	9.120.186	213.806	1.510.093	138.455	21.752.360
Média do trimestre	49.904	8.429.132	13.095	2.413.096	9.287.117	189.793	1.531.437	165.976	22.079.550

Exposições por Regiões Geográficas

Em 31 de Março de 2015 - milhares de reais

Em 31 de Março de 2015 - milhares de real								ares de reais	
	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica					
Por região	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Região Nordeste	-	1.423.672	1.585	450.337	1.617.207	•	233.675	19.361	3.745.837
Região Sudeste	49.585	3.612.957	7.525	1.065.482	4.027.031	213.806	606.046	75.553	9.657.985
Região Centro-Oeste	-	1.620.602	2.582	432.657	1.441.810	ı	300.400	13.428	3.811.479
Região Sul	-	1.681.054	1.481	420.301	2.034.138	ı	369.972	30.113	4.537.059
Total	49.585	8.338.285	13.173	2.368.777	9.120.186	213.806	1.510.093	138.455	21.752.360

Exposições por Setor Econômico

Em 31 de Março de 2015 - milhares de reais

	Em 31 de Março de 2013 - Milhares de Fea					iares ae reais			
	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica					
Por setor econômico	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Rural	-	-	-	250	32.030	-	12.640	177	45.097
Industria	-	-	-	6.464	1.002.343	-	72.695	5.108	1.086.610
Comércio	-	-	-	2.167.766	2.248.069	-	460.314	115.677	4.991.826
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	80	-	961	-	1.041
Outros Serviços	-	-	-	194.297	5.837.528	213.806	954.543	17.493	7.217.667
Pessoa Física	49.585	8.338.285	13.173	-	-	-	-	-	8.401.043
Habitação	-	-	-	-	136	-	8.940	-	9.076
Total	49.585	8.338.285	13.173	2.368.777	9.120.186	213.806	1.510.093	138.455	21.752.360

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Montante das Operações por Faixas de Prazo a Decorrer

Em 31 de Março de 2015 - milhares de reais

	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica					
Por prazo a decorrer	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Até 6 meses	1.770	234.302	8.398	2.042.528	113.059	213.806	157.370	109.317	2.880.550
Acima de 6 meses até 1 ano	3.747	760.311	2.293	13.388	307.844	1	203.505	727	1.291.815
Acima de 1 ano até 5 anos	44.068	7.343.672	2.482	312.861	8.446.716	-	1.149.162	24.048	17.323.009
Acima de 5 anos	,	-	-	•	252.568	1	56	4.363	256.986
Total de Exposição a Vencer	49.585	8.338.285	13.173	2.368.777	9.120.186	213.806	1.510.093	138.455	21.752.360

Montante das Operações por Faixas de Atraso, segmentados em regiões geográficas e setor econômico

Em 31 de Março de 2015 - milhares de reais

	At At At At At At At At						
	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Total		
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Total		
Por regiões geográficas							
Região Nordeste	181.802	17.560	49.620	49.701	298.683		
Região Sudeste	437.448	50.665	76.025	85.627	649.764		
Região Centro-Oeste	201.726	56.474	52.630	44.786	355.617		
Região Sul	196.646	26.429	34.945	43.008	301.028		
Total geral	1.017.622	151.128	213.220	223.122	1.605.092		
Por setor econômico							
Rural	2.261	30	3.251	462	6.004		
Industria	65.015	4.254	7.514	9.374	86.158		
Comércio	162.838	12.421	30.075	30.626	235.959		
Intermediários Financeiros	-	-	-	•	-		
Outros Serviços	491.965	92.889	99.277	81.527	765.658		
Pessoa Física	294.899	41.443	72.896	101.065	510.303		
Habitação	643	90	207	70	1.010		
Total geral	1.017.622	151.128	213.220	223.122	1.605.092		

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Movimentação de Provisão Para Devedores Duvidosos

Em 31 de Março de 2015 - milhares de reais

Setor Econômico	Saldo inicial	Adição (reversão)	Baixas por utilização	Saldo Final
Rural	1.890	1.680	101	3.469
Industria	34.789	2.886	5.153	32.522
Comércio	204.668	19.961	16.981	207.648
Intermediários Financeiros	10	0	1	10
Outros Serviços	387.592	36.819	39.168	385.243
Pessoa Física	230.039	41.365	54.476	216.928
Habitação	224	78	38	264
Total	859.212	102.789	115.917	846.084

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO

As operações referentes ao produto de CDC são garantidas por meio do próprio bem e da cédula de crédito bancária. Para o produto Finame são garantidas por meio do próprio bem e da nota promissória. Já os produtos Leasing e Finame-Leasing são garantidos por meio do próprio bem através do arrendamento mercantil e de nota promissória. Além disso, de acordo com a classificação de risco do cliente no momento da celebração da operação, há também a possibilidade de solicitação de avalista(s) para complementar as garantias. A alienação fiduciária e o arrendamento mercantil são constituídos por meio de registro do gravame no certificado de propriedade do veículo.

Nas operações de crédito rotativo para concessionários, são solicitadas garantias de acordo com o *rating* apurado para o concessionário ou grupo econômico, sendo que: quanto melhor o *rating*, menor a necessidade de apresentação de garantias.

O tema garantias é tratado ainda em um documento elaborado em conjunto com a matriz Volkswagen *Financial Services* AG, utilizado como guia para a aceitação e formalização de garantias, de acordo com o tipo de produto envolvido.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

A exposição ao risco da contraparte faz parte dos limites de crédito concedidos aos clientes e da possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Apresentamos a seguir o valor referente às garantias:

Em milhares de reais

Garantias	Garantias da Carteira de Crédito		
Garantias	Mar 2015		
Total de Garantias	25.435.609		

No caso de operações de aplicações/derivativos, é realizada uma análise de risco da contraparte para definição das instituições financeiras e respectivos valores de limites autorizados a operar. A metodologia utilizada para estabelecer os limites autorizados para a Tesouraria realizar operações de aplicações e derivativos, é definida pela Matriz. O monitoramento desses limites autorizados é realizado pela área de Risco de Mercado e Liquidez.

A carta de fiança bancária emitida pela Instituição tem a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais, cujos saldos são demonstrados abaixo:

Em milhares de Reais

Descrição	Mar 2015
Beneficiários de garantias prestadas	5.363

O valor referente à sobra de caixa do Conglomerado Prudencial é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos (compra com compromisso de revenda) e/ou aplicação over em depósito interfinanceiro (compra final).

Valores demonstrados abaixo:

Em milhares de Reais

PRODUTO	Mar 2015
Compra com compromisso de revenda	1.990.198
Aplicações em depósitos interfinanceiros	219.761
Cotas de fundos de investimento	78.573
Títulos de renda fixa	5.220
Total	2.293.752

O Grupo negociou contratos de swap, que estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&FBovespa aplicáveis a operações com características e prazos similares.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Hedge Contábil

A estratégia de *hedge* da Instituição é proteger os fluxos de caixa futuros da variação cambial dos empréstimos no exterior, referentes ao seu risco de moeda estrangeira, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foi documentada no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pela Instituição em 31 de março são classificadas como *hedge* de valor justo, e visam mitigar o risco de mercado de variação cambial.

Hedge de risco de mercado de variação cambial

Para se proteger da exposição à variação cambial do Euro e Dólar proveniente da contratação de empréstimos no exterior, a Instituição possui contratos de swap a vencer até 2017 com valor nocional no montante de R\$ 3.630.555. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado positivo com reflexo no resultado de R\$ 514.060. Em 31 de março de 2015 não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos e suas classificações estão detalhadas abaixo:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

1º trimestre de 2015:

Em milhares de reais

						Resultado
Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	trimestre
Swap – negociação	534.047	Até dezembro 2018	Pré X DI	-	(897)	(2.288)
Swap – negociação	534.047	Até dezembro 2018	DI X Pré	871	-	2.244
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	2.809.725	Até fevereiro 2017	Dólar X DI	566.852	(15.575)	454.815
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	820.830	Até janeiro 2016	Euro X DI	88.789	-	59.245
	4.698.649			656.512	(16.472)	514.016

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS

Na escala global, a securitização de recebíveis é uma ferramenta estratégica para a diversificação de estrutura de capital da Volkswagen *Financial Services* AG (VWFS AG). Através do Programa *Driver* iniciado em 2004, a VWFS AG transfere os direitos creditórios a um Fundo de Investimento (ou *Trust*) que, por sua vez, torna-se o responsável legal pelos recebíveis adquiridos. O objetivo deste programa é torna-lo como 1/3 da estrutura de *funding* do grupo até o final de 2018.

Atualmente o Programa *Driver* existe nas seguintes jurisdições: Alemanha, Inglaterra, Holanda, Espanha, Japão, França, Austrália, Estados Unidos, Canadá e Brasil. Sabendo da sua importância estratégica, também na Matriz hoje existe uma equipe dedicada ao produto assessorando todas as emissões globais (passadas e futuras).

Já no mercado local, a Instituição possui dois fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC's) em linha com a estratégia de diversificação da Matriz: *Driver* Brasil *One* e *Driver* Brasil *Two*. O Regulamento de ambos produtos encontram-se disponíveis em domínio público (site CVM), onde é possível obter mais detalhes sobre o critério de elegibilidade dos recebíveis.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

No 4º trimestre de 2013 e no 3º trimestre de 2012, a Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas, cujo montante em 31 de março de 2015 é de R\$ 101.011. Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas nas demonstrações financeiras da Instituição individual na categoria "com retenção substancial dos riscos e benefícios". O ativo cedido foi registrado na rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão, e o passivo assumido foi registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão.

Os valores presentes à época são:

Descrição	Período	Ativo	Passivo
Driver Brasil One Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	3º trimestre/12	899.462	1.007.150
Driver Brasil Two Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	4º trimestre/13	1.021.745	1.067.758
Total		1.921.207	2.074.908

Apresentamos a seguir o saldo ativo das exposições cedidas com coobrigação, com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Em milhares de Reais

Descrição	Mar 2015
Driver Brasil One Banco Volkswagen	101.142
FIDC Financiamento de Veículos	101.142
Driver Brasil Two Banco Volkswagen	407.392
FIDC Financiamento de Veículos	407.392
Total	508.534

Ao longo dos trimestres a Instituição adquiriu títulos com característica de concessão de crédito registrada na rubrica "Títulos e créditos a receber".

As operações foram adquiridas em negociação com pessoa não integrante do SFN, sem retenção substancial de risco e de benefícios ou de controle pelo interveniente ou cedente, cujos saldos são demonstrados a seguir:

Em milhares de Reais

Descrição	Mar 2015
Pessoa não integrante do SFN	213.806

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

INFORMAÇÕES RELATIVAS ÁS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Instituição possui participação societária no CNVW, que atua na administração de grupos de consórcio, principalmente no segmento de veículos produzidos pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. e MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda, com participação de 99,99%, cujo objetivo é alavancar a oferta de produtos financeiros a clientes que adquirem veículos da marca Volkswagen.

O CNVW é uma entidade limitada, regulada pelo BACEN e integra o Conglomerado Prudencial liderado pela Instituição. Portanto o investimento possui seus riscos mensurados de acordo com os regulamentos vigentes emitidos pelo CMN e BACEN.

O método de contabilização utilizado para a Instituição individualmente é o da equivalência patrimonial, a qual não sofreu alterações de práticas contábeis nos últimos anos. Na apresentação do Conglomerado Prudencial, o valor do investimento no CNVW é eliminado seguindo os critérios de consolidação das demonstrações financeiras.

O valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras da Instituição é de:

Em milhares de Reais

Informações sobre a investida:	Mar 2015
Número de quotas	300.006.232
Participação no capital	99,9999%
Resultado da equivalência no trimestre	18.241
Resultado da equivalência acumulada	18.241
Investimento	203.818
Valor RWA	-
Capital alocado	-

O investimento no CNVW não é negociado em bolsa e, portanto, não possui preço de mercado cotado. Não houve registro de ganhos ou perdas decorrentes de venda ou liquidação.

* * *